

DUAS FACES DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DA MULHER

Ana Alice Costa

A política, enquanto exercício permanente do poder, diz respeito à sociedade em seu conjunto e atinge, de forma distinta, a todos os grupos, instituições e entidades de classe. A depender das contradições, acordos ou desacordos destes grupos com o poder político vigente, as suas relações com ele serão pacíficas ou conflituadas. Neste sentido, todos os grupos sociais são políticos, na medida em que guardam, necessariamente, alguma relação com o poder: de apoio ou de oposição.

Os grupos políticos não agem, no entanto, isoladamente. Vinculam-se a processos políticos muito maiores onde se identificam em torno de um projeto de vida social mais ou menos delineado. Este projeto pode se arrastar durante anos e ir ganhando novas formas à proporção que mais forças sociais o compõem e ganha, por isto, melhores definições políticas.

Assim, nenhum grupo político tem um projeto de vida social isolado do contexto histórico, da perspectiva social em curso. E também é só nesta direção que adquire sentido a questão política. Não se pode lutar por coisas do passado e que não têm mais vigência nos dias atuais. O mesmo se diga para os elementos de futuro remoto.

Observemos, ainda, que se configura como político qualquer movimento que pretende operar transformações sociais significativas. Para mudar relações de poder, é necessário um outro poder com força igual ou maior. Daí a extrema importância que ganha neste processo a participação política.

No caso específico das mulheres, Silvia Pimentel define muito bem o porque desta participação política, ao afirmar que:

[...] só a participação política da mulher permitirá a ela superar a situação de subalternidade e opressão em que vive, as dificuldades e os sofrimentos oriundos de uma sociedade estratificada por classes e por sexo. Participação política abrangente, maciça, consciente, saída da casca que a envolve, aparentemente protegendo-a e, na realidade, castrando-a [...] acredito ser necessário que a mulher participe politicamente, tenha o poder de decidir em relação à sua vida privada a compartilhe com os demais cidadãos, em igualdade de

condições, o poder de intervir na direção da sociedade em que vive...¹

É a consciência desta afirmação que leva um número cada vez maior de mulheres a participar politicamente, elas, que já são presença constante nos sindicatos e em outras associações profissionais – apesar de muitas ainda em cargos burocráticos – vêm assumindo a liderança de movimentos populares. É a mulher que está à frente das associações de bairros, nos movimentos contra a carestia, nas lutas por liberdades democráticas, anistia, etc. Também se encontra nas instituições políticas, mais especificamente nas várias esferas do legislativo e do executivo locais, apesar de ter uma participação ainda bem pequena.

Enquanto setor da sociedade que sofre, além dos problemas comuns a toda a classe trabalhadora, uma opressão dirigida especificamente ao seu sexo, a mulher tem no movimento feminista a sua instância privilegiada de luta política.

O movimento feminista

O feminismo como forma organizada de manifestação política surgiu na segunda metade do século XVIII com a Revolução Francesa, surgindo a partir do momento em que a mulher começou a participar na produção social e se deu conta da contradição existente entre o nível de exploração a que estava submetida, em igualdade ou em piores condições que o homem, e da sua situação de inferioridade política, jurídica e social.

Uma das primeiras manifestações feministas ocorreu em 1789 quando, lideradas por Rose Lacombe, Louison Chabry, The Roigne de Maricout, as mulheres francesas, em passeata, exigiram da Assembleia Constituinte, reunida em Versalhes, que se estabelecesse a igualdade de direitos entre os sexos e a liberdade de trabalho. Essa seria a tônica das reivindicações do movimento feminista durante quase dois séculos.

¹ PIMENTEL, Silvia. A necessária participação política da mulher. *A Mulher como Objeto de Estudo*, Série de Estudos – PUC/RJ, n. 11, 1982, p. 3.

O movimento feminista atual distingue-se do anterior na medida em que se propõe a ir além da luta por igualdade de direitos. Trata-se, hoje, de um movimento que questiona o papel da mulher na família, no trabalho e na sociedade, luta por uma transformação nas relações humanas e pela extinção das relações baseadas na discriminação social. Nestes termos, consiste em um movimento que, a partir do questionamento tanto das relações sociais da produção material quanto das relações afetivas e sexuais entre os seres humanos, propõe-se a lutar por mudanças históricas.

Buscando uma transformação mais profunda na sociedade, o feminismo tem que lutar contra um machismo gerador de privilégios. Assim, ao lutar contra um sistema de dominação, o feminismo tem que travar uma luta ideológica contra os valores patriarcais representados diretamente pelos pais, pelos maridos, companheiros, amigos, colegas de trabalho... etc.

Para as mulheres, o feminismo significa, também, um processo de reeducação, ruptura com uma história de submissão e descobrimento das próprias potencialidades. Este processo advém de uma aprendizagem de socialização das experiências cotidianas. Segundo Luiza Maranhão:

[...] o fato de que a mulher viva a sua ‘natureza feminina’ isoladamente cria dificuldades para uma tomada de consciência de sua opressão, favorecendo com isso a alienação e o fatalismo, que a faz aceitar o princípio de que ‘ser mãe é padecer no paraíso’. Na medida em que existe uma socialização dessas experiências, nossos problemas ganham outra dimensão ao descobrir que são os mesmos vividos por todas nós. O descobrimento do social em nossa vida cotidiana e da importância de que este cotidiano seja visto politicamente é determinante como elemento de transformação² (16).

Este avanço do movimento feminista, passando de uma perspectiva meramente jurídica da “igualdade de direitos” para uma visão muito mais ampla da vida social e individual da mulher, certamente está relacionada com a evolução do pensamento político e filosófico em nossos dias. Sem dúvida, temos assistido a um enriquecimento da percepção do homem na sua totalidade, independente de sexo, classe social e definições culturais. O movimento feminista só teve a ganhar com isto, potencializando a evolução do pensamento com uma prática social constante.

² MARANHÃO, Luiza. Feminismo: uma questão política. **Revista Brasil Socialista**, maio 1978, p. 73.

O movimento feminista brasileiro

No Brasil, as primeiras manifestações feministas surgiram na primeira metade do século passado através dos livros de Nisia Floresta Augusta Brasileira (“Conselhos à Minha Filha”, publicado em 1842, e “A Mulher”, em 1856), considerada a primeira feminista brasileira.

Ainda no século passado surgiram alguns jornais femininos. Em 1852, o “Jornal das Senhoras”; em 1873, o “Sexo Feminino”; e, em 1880, a revista “A Família”. Todos reivindicavam a emancipação feminina, principalmente o direito à educação formal. Em 1901, surgia em Diamantina – Minas Gerais – o jornal “Voz Feminina”; reivindicando, pela primeira vez, o direito ao voto para as mulheres, iniciando assim um período em que a luta e a atenção das mulheres estariam voltadas para esta aspiração, pelo menos no que diz respeito às mulheres ilustradas da classe média. Muitos outros jornais femininos surgiram durante este período.

Em 1910, prosseguindo a luta pelo sufrágio feminino, Leolinda Daltro fundou o “Partido Republicano Feminino”, que desenvolveria campanhas de pressão mais próximas ao estilo violento das sufragistas inglesas, chegando a organizar uma passeata de mulheres, em 1917, no Rio de Janeiro.

Em 1922, o movimento feminista sofreu um grande impulso em termos organizativos com a fundação da Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF), por Bertha Luz, que viria a ser o ponto de partida para a criação de várias outras associações de mulheres em todo o Brasil. A FBPF foi a principal responsável pela luta sufragista no Brasil, uma luta que se travou quase que exclusivamente a nível parlamentar e, apesar de toda a influência das sufragistas norte-americanas, jamais adotou o “terrorismo feminista” tão utilizado nos Estados Unidos e Inglaterra.

Em 1927, a FBPF conseguiu sua primeira vitória, graças à atuação de Juvenal Lamartine, Governador do Estado do Rio Grande do Norte. Por sua interferência, a Assembleia Legislativa do Estado aprovou a resolução que concedia o direito de voto às mulheres. Já nas eleições do ano seguinte, foi eleita Alzira Soriano para a Prefeitura da cidade de Lages. Mas esta resolução não foi aceita a nível federal, sendo rechaçada pelo Senado Nacional, inteiramente adverso a este tipo de inovação,

na qualidade de legítimo representante da aristocracia agrária brasileira.

A luta pelo sufrágio feminino seguiu até 1932, quando esta reivindicação foi concedida pelo novo governo implantado pela chamada “Revolução de 1930”. Esta concessão fazia parte da nova estratégia de poder implantada no país. Com este movimento, subiu ao poder Getúlio Vargas, representando a burguesia industrial na luta contra a burguesia agrária, até então a única força controladora da economia e do aparelho estatal.

Por isto, a concessão do voto à mulher pelo governo implantado não tinha nada de extraordinário quanto a uma possível preocupação do governo com a situação política da mulher. Era, na verdade, mais um triunfo de Vargas para fortalecer o seu projeto de industrialização e modernização da sociedade brasileira, contra as velhas oligarquias rurais agroexportadoras. Mudadas as circunstâncias políticas do país, Vargas não hesitou em cassar o direito de voto, não só da mulher, mas de todos os brasileiros, em 1937, para garantir o projeto político e econômico da Revolução de 1930. A própria CLT, de maio de 1943, é muito débil no que se refere à legislação de direitos trabalhistas para a mulher, conforme já tivemos ocasião de atestar. E isto ocorreu exatamente em um período em que Vargas novamente necessitava do apoio popular, desta vez para continuar no poder. De qualquer forma, tudo isso foi muito positivo para a mulher brasileira, suas lutas, sua evolução política e social e seu ingresso no mundo político oficial, até agora reservado aos homens.

Na eleição para a Assembleia Constituinte de 1934, 4 mulheres se candidataram à Câmara Federal, sendo eleita Carlota Pereira Queiróz, por São Paulo, e Bertha Luz, que ficou como suplente pelo Rio de Janeiro, ocupando a vaga deixada pela renúncia do seu correligionário do Partido Autonomista. Com a vitória do sufrágio, as feministas brasileiras passaram a lutar por novos objetivos entre os quais se destacava a aprovação do Estatuto da Mulher.

O golpe de 1937 impôs um período de recesso não só ao movimento de mulheres, mas a todos os movimentos populares que voltam a ressurgir só depois da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Várias organizações de mulheres são criadas por todo o Brasil. Segundo Fanny Tabak, “o período que se seguiu imediatamente

ao término da Segunda Guerra Mundial foi de intensa expansão do movimento feminino organizado, através de todo o Brasil e de participação muito mais expressiva das mulheres, no plano social e político”. O início desse período, muitas vezes denominado de “redemocratização” do país após o longo silêncio do Estado Novo, assistiu ao surgimento de dezenas e dezenas de associações femininas, que foram capazes de arremeter milhares e milhares de mulheres para a luta contra a carestia de vida, por uma vida melhor para as crianças, em defesa da paz mundial, pela igualdade de direitos para a mulher, em todos os terrenos³ (17).

A derrubada do governo Goulart pelo movimento político-militar de 1964, caracterizado como um movimento de contenção social dado o caráter repressivo que assumiu, impôs um total controle político a toda a sociedade. Foi, dessa forma, um duro golpe contra o movimento de mulheres. As poucas organizações que conseguiram “sobreviver” transformaram-se em grupos de ações beneficentes e assistencialistas, perdendo todo o seu caráter político anterior.

A rearticulação da sociedade civil é feita lentamente, muito fundamentada nos trabalhos comunitários e no sindicalismo paralelo e, principalmente nos primeiros, a presença da mulher é decisiva, tendo em grande parte o respaldo da Igreja Católica. Quando a ONU batizou o ano de 1975 como o ano Internacional da Mulher, surgiram os primeiros grupos feministas em São Paulo e no Rio de Janeiro, transformando as comemorações do Ano em um movimento de organização das mulheres. As bandeiras de luta, nesse período, são semelhantes às levantadas no passado: a anistia; o combate à carestia; a conquista de liberdades democráticas. É dentro deste quadro de reivindicações que a mulher coloca, através da imprensa feminista que se inicia em 1976, sua posição específica como trabalhadora mais discriminada, como cidadã sem direitos, como mulher oprimida. E, à diferença de tempos passados, passa a organizar-se de forma independente do Estado, da Igreja e dos Partidos Políticos⁴ (18).

Vários grupos feministas autônomos surgem em todo o país, novas bandeiras são incorporadas. As lutas pela legalização do aborto, por uma sexualidade livre, contra a violência à mulher, contra a discriminação trabalhista, etc., tomam as ruas e os lares brasileiros, influenciando e

³ TABAK, Fanny. Associações femininas com grupos de pressão política. In: ??? **Autoritarismo e participação política**. Rio de Janeiro: Graal, 1983, p. 126.

⁴ MORAES, Maria; BARROSO, Carmen. Organizações Não Governamentais. In: ??? **Mulher, Sociedade e Estado no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 150-151.

modificando velhos padrões e a própria vida não só das mulheres, mas de toda a coletividade.

Dessa forma, a luta da mulher brasileira em suas organizações, como em qualquer outro movimento integrado à dinâmica política e social do seu tempo, viveu as vicissitudes, avanços e recuos da própria sociedade brasileira como um todo. Nos períodos de ressurgimento do movimento, geralmente e não por coincidência, também períodos de redemocratização da sociedade brasileira, ele ressurge mais forte. Mais forte, se não em termos quantitativos, indubitavelmente em termos de um grau cada vez maior de envolvimento da mulher em suas lutas.

Agora, ao contrário do que ocorria antes, o Movimento Feminista Brasileiro luta por organizações autônomas, independentes do Estado, da Igreja, de partidos políticos ou de quaisquer outras formas de limitação do movimento. As reivindicações também se deslocam para o horizonte amplo da sexualidade mais livre, do aborto legalizado, do fim da discriminação no trabalho, da maternidade como opção e não como uma fatalidade biológica.

A mulher nas esferas institucionais do poder

O poder é mais fluido quando extrapola o âmbito do funcionamento institucional e “ganha as ruas”, isto é, quando as relações de poder estão dadas ou se comportam dentro de instâncias políticas mais abrangentes, mais permeadas pelos diferentes segmentos sociais: os movimentos políticos, os partidos, as entidades de classe, os grupos organizados, etc. Por isto, o movimento feminista tem estado muito mais presente, tem sido muito mais eficaz na sua atuação dentro da chamada “sociedade civil” que, propriamente, dentro das três esferas em que se divide o poder político institucional. As reivindicações do movimento e suas figuras de expressão e representatividade sempre estiveram muito mais no interior da sociedade civil em suas formas de organização política que, propriamente, nas instâncias oficiais do poder político.

Isto, porém, não é um fenômeno universal. É mais brasileiro, talvez latino-americano. É a forma como funciona entre nós o poder político, uma expressão das dificuldades na relação entre Estado e Sociedade Civil no Brasil. O parlamento no Brasil, enquanto instância de representatividade do poder, sempre foi um lugar para acordos e conveniências das elites, exatamente porque

nunca lhe fugiu das mãos o controle do processo eleitoral, a organização e realização das eleições. Isto, no entanto, não invalida o parlamento como uma instituição de apresentação e debate de importantes temas nacionais, mesmo que vários segmentos da sociedade civil aí não estejam representados.

Assim, a participação política da mulher nas instituições do poder se torna muito importante, na medida em que ela pode interferir na promulgação de leis e implementação de programas que, de modo direto ou indireto, possam contribuir para melhorar a situação da mulher ou denunciar os mecanismos de obstrução a este processo.

Nestes 50 anos de exercício de voto, a mulher bem pouco sobre aproveitar deste expediente para garantir alguma melhoria na sua situação. Poucas mulheres têm participado ativamente dos processos eleitorais, apesar de representarem, por ocasião das eleições de 1982, 45,2% do eleitorado brasileiro. Na Bahia, são 46,0% do eleitorado. Quando participam, sua atuação aproxima-se à dos homens. Segundo Moema Toscano:

No Brasil, a falta de tradição concernente à presença feminina no sistema de poder tem reforçado a atitude negativa, tantos dos homens quanto das mulheres, no que diz respeito ao exercício ao de cargos eletivos ou de postos de direção nos órgãos executivos. Isso para não falar no caráter escasso de sua representação no sistema judiciário⁵ (19).

Se analisarmos as estatísticas eleitorais, veremos que as mulheres brasileiras quase não têm valorizado esta esfera de participação política; contudo, esta não é uma atitude que se vê exclusivamente no Brasil. Análises eleitorais de alguns países demonstram esta mesma situação. Uma série de preconceitos e condicionamentos culturais afasta a mulher dessa esfera mais institucionalizada do poder. Em razão da mesma atitude, quando chegam ao parlamento, não atuam de forma diferenciada dos homens ou com objetivos distintos dos tradicionais.

A mulher e o legislativo no Brasil

Como vimos anteriormente, logo após ter conseguido o direito ao voto, uma mulher foi eleita para Câmara Federal. Bertha Lutz, que havia ficado como suplente, assumiu o cargo logo depois, devido à renúncia de um

⁵ TOSCANO, Moema. A mulher na política. In: ????. **Mulher e política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 64.

companheiro do Partido Autonomista. Após a queda da ditadura de Getúlio Vargas e do retorno do país ao processo democrático, com a convocação da Assembleia Constituinte de 1946, nenhuma mulher conseguiu

eleger-se a nível federal, apesar de terem surgido 18 candidaturas. Nas Assembleias Legislativas Estaduais, 5 mulheres entre 8 candidatas foram eleitas. Na Bahia, foi eleita Maria Luiza Bitencourt.

Tabela 7 – Mulheres eleitas e candidatas ao Senado, Câmara Federal e Assembléia Legislativa, Brasil, 1946 a 1982

ANO	SENADO		CÂMARA FEDERAL		ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	
	ELEITA	CANDIDATA	ELEITA	CANDIDATA	ELEITA	CANDIDATA
1946	–	–	–	18	5	8
1950	–	–	1	9	8	10
1954	–	–	3	13	7	16
1958	–	–	2	8	2	39
1962	–	–	2	9	11	92
1965/66	–	–	6	13	1	39
1970	–	1	1	4	8	37
1974	–	–	1	4	12	*
1978	1 supl.	*	4	*	20	*
1982	1 supl.	2	8	58	27	34

(*) Não foi possível encontrar dados sobre o número de candidatas junto ao TRE/Ba

Fonte: TOSCANO, Moema, op. cit.; BLAY, Eva, “A Participação...”

Nas eleições de 1950 e complementares de 1951, apenas uma mulher foi eleita para a Câmara Federal e 8 para as Assembleias. Em 1954, a bancada feminina da Câmara passou para 3 mulheres: 2 de São Paulo e Leolina Barbosa de Souza Costa, da Bahia, eleita pelo Partido Trabalhista Brasileiro. No plano Estadual, 7 mulheres foram eleitas em todo o Brasil.

Em 1958, somente 2 deputadas federais foram eleitas. Leolina Barbosa tentou reeleger-se pela Bahia, mas foi derrotada. Nas Assembleias Legislativas, apesar do número de candidatas ter se elevado sensivelmente (39 candidatas), só duas mulheres conseguiram se eleger.

Nas eleições seguintes, em 1962, 2 mulheres foram eleitas para a Câmara Federal. Neco Novais, na Bahia, pela Aliança Trabalhista, constituída pelos partidos: Trabalhista Brasileiro, Republicano e o de Representação Popular. Nesta eleição, houve um fato novo: pela primeira vez, um grande número de mulheres concorreu às Assembleias Legislativas, porém, das 92 candidatas, apenas 11 conseguiram se eleger. Na Bahia, foi eleita Ana Oliveira pela Aliança Trabalhista, aqui constituída pelos partidos: Trabalhista Brasileiro, Republicano e Libertador, este de forte base eleitoral no Estado.

Tabela 8 – Mulheres eleitas e candidatas à Câmara Federal e Assembleia Legislativa na Bahia, 1954/1982

ANO	CÂMARA FEDERAL			ASSEMBLEIA LEGISLATIVA		
	ELEITAS	CANDIDATAS	TOTAL DE ELEITOS	ELEITAS	CANDIDATAS	TOTAL DE ELEITOS
1954	1	2	27	–	4	60
1958/59	–	1	27	–	5	60
1962	1	2	31	1	3	60
1966	1	1	31	2	3	60
1970	1	1	22	1	1	46
1974	–	1	26	1	2	50
1978	–	1	32	–	2	56
1982	–	1	39	1	5	63

Fonte: Dados elaborados pela autora junto ao TRE/Ba

Nas eleições de 1965/66, tivemos 6 eleitas para a Câmara. Necy Novais foi reeleita, nesta ocasião, pela Arena, o partido governista.

[...] destas candidatas a maioria não representava – a despeito dos seus méritos – sua própria personalidade política, mas, por empréstimos, a de seus maridos ou parentes próximos, os quais haviam tido seus mandatos eleitorais cassados pelo Movimento de 1964. Das 6 candidatas vitoriosas nas urnas, apenas uma pertencia aos quadros governistas e também ela era esposa de um deputado. As outras 5 foram apresentadas pelo MDB e destas somente uma tinha eleitorado próprio, pois há 15 anos vinha tendo seu mandato renovado. As 4 deputadas que ingressaram na Câmara Federal com apoio no eleitorado de seus respectivos cônjuges, tiveram, por sua vez, os mandatos cassados em 1969¹ (20).

Ana Oliveira, mais uma vez foi reeleita pela Arena para a Assembleia na Bahia, junto com Araguacy Gonçalves, também do partido governista. Foram 11 mulheres eleitas para as Assembleias Legislativas.

Em 1970, Necy Novais foi a única mulher eleita para a Câmara dos Deputados. Os atos institucionais e a repressão política afastaram as poucas mulheres que participavam do parlamento. Esta foi a terceira magistratura de Necy Novais, que, como as duas anteriores, se caracterizou pela inexpressividade, permanecendo ligada à atuação e ao prestígio do marido, o deputado federal Manuel Novais, detentor de um imenso “Curral eleitoral”, suficiente para garantir sua eleição e também a da esposa.

Ana Oliveira foi reeleita pela terceira vez; foram 8 mulheres eleitas no país para as Assembleias. Neste pleito, pela primeira vez no país, uma mulher concorreu a uma vaga no Senado, pelo Estado do Acre, apesar de não lograr eleger-se.

Nas eleições de 1974, Necy Novais já não conseguiu reeleger-se. A única mulher na Câmara Federal foi uma representante do Rio de Janeiro. Para as Assembleias, foram eleitas 12 mulheres. Ana Oliveira foi eleita, pela quarta vez consecutiva, mas, como sempre, sua atuação não mereceu nenhum destaque. Permaneceu caracterizada pelo conservadorismo político.

Ana Oliveira tentou reeleger-se pela quinta vez, mas não logrou êxito. Nas eleições de 78, tivemos 4 mulheres na Câmara Federal e 20 nas Estaduais.

Em 1982, foi eleita na Bahia Abigail Freitas Feitosa para a Assembleia Legislativa. Pela primeira vez, uma mulher ligada a um partido de oposição foi eleita deputada na Bahia. Em todo o Brasil, 8 mulheres foram eleitas deputadas federais e 27, deputadas estaduais. Um fato importante é o grande número de mulheres que se candidataram neste pleito: 58 para a Câmara e 134 para as Assembleias.

Só agora a mulher começa a participar do Senado. Nas eleições de 82, duas mulheres concorreram pelo Estado do Amazonas; nenhuma conseguiu eleger-se.

Manteve-se no cargo a Senadora Eunice Micheles, eleita como suplente em 1978 e que assumiu em 1980, por morte do titular. Este é o único Estado da Federação que tem uma mulher no Senado. Houve uma rápida passagem da Suplente por São Paulo, em 1981, Dulce Salles Cunha Braga e da médica negra, Laelia Alcântara, suplente pelo Acre² (21).

Ainda a nível do legislativo, é nas Câmaras Municipais que a mulher tem se sobressaído um pouco mais e isto se deve, em grande parte, às facilidades que a mulher encontra em conciliar essa sua atividade com a vida doméstica, o que não acontece com uma representatividade na esfera estadual e federal, que implica uma série de deslocamentos e, principalmente, representa uma esfera maior de decisão e, portanto, de menor acesso à mulher³ (22).

Assim, em 1972, segundo os boletins eleitorais do TRE, tivemos 143 mulheres eleitas nos 336 municípios baianos, representando 4,3% do número total de vereadores eleitos. Em 1976, este número elevou-se um pouco mais e tivemos uma participação de 5,7% com a eleição de 191 vereadoras. Em 1982, esta tendência crescente se manteve e hoje são 6,0% dos vereadores.

² BLAY, Eva. A participação das mulheres na redemocratização. Conselho da Condição Feminina, São Paulo, mar. 1984, p. 21.

³ PINHEIRO, Ana A. C. A participação da mulher nas eleições de novembro de 1982 na Bahia. ANPOCS, p. 4.

¹ TOSCANO, Moema, Op. Cit., p. 68.

Tabela 9 – Mulheres eleitas para as Câmaras Municipais do Estado da Bahia, 1972/1982

ANO	CÂMARA FEDERAL		
	TOTAL DE ELEITOS	MULHERES ELEITAS	
		Nº	%
1972	3.294	143	4,3
1976	3.338	191	5,7
1982	3.424	206	6,0

Fonte: TRE/Ba

A mulher no executivo

Já no Poder Executivo, a participação só se tem dado a nível de Prefeituras municipais. Jamais tivemos uma mulher eleita para governadora ou presidente da república. Pela primeira vez, tivemos, nas eleições de 1982, três candidatas ao cargo de governador do Estado (Santa Catarina – PDT, Rio de Janeiro – PTB e Minas pequeno município de Belmonte. Hoje são dez mulheres prefeitas no Estado, o que representa 3% do total de prefeitos eleitos. Um fato curioso é que três destas mulheres já haviam sido eleitas anteriormente para o mesmo cargo (1972). Essas prefeitas baianas representam 12% do total de prefeitas eleitas em todo o país.

Gerais – PT) que não lograram eleger-se. Seis mulheres se candidataram ao cargo de vice-governadora, sendo eleita Yolanda Fleming, do PMDB, no Estado do Acre.

A participação nas prefeituras municipais, apesar de bem pequena ainda, já é significativa. Em 1958, tivemos, na Bahia, uma única prefeita, Dejanira Resende, eleita pelo Partido Social Democrático para o

Uma característica comum às 27 mulheres eleitas para as prefeituras municipais do Estado da Bahia, nestes últimos 17 anos (desde as eleições de 1966), é a sua vinculação com o governo. Todas pertenciam ao partido governista, antes Arena e agora PDS. Esse dado pode levar-nos a uma identificação destas mulheres como pertencentes a um setor mais conservador da sociedade.

Tabela 10 – Mulheres eleitas para as Prefeituras Municipais do Estado da Bahia, 1958/1982

ANO	PREFEITURAS		
	TOTAL DE ELEITOS	MULHERES ELEITAS	
		Nº	%
1958	194	1	0,5
1962	335	–	–
1966	336	2*	0,6
1970	336	3*	1,0
1972	336	7*	2,0
1976	336	5*	1,5
1982	333	10*	3,0

(*) Inclui prefeitos nomeados pelo governador; (**) Inclui prefeitos nomeados pelo governador faltando 3 municípios que não forneceram informações ao TRE/Ba.

Segundo Eva Blay:

são os pequenos municípios que continuam elegendo mulheres, isto é, municípios de baixa densidade populacional, de menos de 30.000 habitantes, de reduzida arrecadação fiscal, que vivem dependentes dos fundos redistribuídos pelo

Governo Federal. Estes municípios estão divididos em minifúndios ou em latifúndios que expulsam a força de trabalho. Baseiam-se em economia agrícola ou na prestação de serviços vinculados à atividade agrária¹ (23).

¹ BLAY, Eva, Op. Cit., p. 28.

A participação nos órgãos governamentais

O nível de participação feminina nos órgãos governamentais, nas empresas estatais é quantitativamente pequeno, geralmente se limitando a cargos burocráticos com pouco ou sem nenhum poder de decisão.

A Administração pública, mesmo a nível local, conta com um número insignificante de mulheres à frente de postos executivos de maior responsabilidade. A nível estadual e principalmente federal, de maior responsabilidade. A nível estadual e, principalmente, federal é totalmente inexpressiva a participação de mulheres no primeiro escalão do governo. Jamais uma mulher foi membro de ministério (governo federal)² ou ocupou cargo de presidente de alguma grande empresa estatal³ (24).

Podemos constatar esta afirmação nos dados do IBGE onde encontramos, na categoria “diretores e chefes na administração pública” que recebem mais de 20 salários mínimos mensais, 8.082 homens e 772 mulheres, o que significa que as mulheres são apenas 9,5% destes funcionários.

Como acabamos de ver, o parlamento no Brasil permanece fechado à participação da mulher, seus projetos e suas razões. As poucas mulheres que aí atuaram não conseguiram ultrapassar os limites do discurso tradicional, voltado, como sempre, para os “interesses maiores da nação”. Aliás, as mulheres que aí estiveram desde os anos 30, já entraram exatamente porque se vinculavam a este esquema político. Bertha

Lutz foi talvez a única exceção para confirmar a regra. Mesmo assim não conseguiu realizar muito, embora tivesse atuado com muita firmeza em defesa da mulher, sobretudo de seus direitos trabalhistas e políticos. Bertha, na verdade, estava muito avançada em suas propostas, já na década de 1930. Não teve o respaldo social e político necessário para lograr seus objetivos.

Situação bastante diferente ocorre nos dias atuais, quando muitas parlamentares identificadas, de algum modo, com o discurso feminista encontram respaldo social para o apoio a projetos de interesse do movimento. Recentemente, a deputada federal por Pernambuco, Cristina Tavares, encaminhou ao Congresso Nacional um anteprojeto de descriminalização do aborto, que foi recusado na Comissão de Justiça do Senado, em maio último. Isto indica que o parlamento no Brasil ainda está vinculado a valores do passado, apesar de mudanças significativas no comportamento das pessoas em geral, a partir da década passada. Talvez seja mais indicado dizer que há um processo de mudança social em curso no Brasil. Ele está dividindo todas as instituições fundamentais da sociedade: a Igreja, a Família, a Escola, o Parlamento, etc.

O movimento feminista é, certamente, o divisor de águas dentro da família, na medida em que a mulher já não se encanta com o papel de “rainha do lar”. Esta mudança é política, moral, religiosa e filosófica para aqueles que têm dela uma compreensão profunda, pois traz consigo uma nova concepção de mundo, de vida social e, principalmente, de reavaliação individual.

² Atualmente já temos uma mulher ocupando um ministério. A ministra da Educação Esther Figueiredo Ferraz.

³ TABAK, Fanny, Op. cit., p. 110.